

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 24.944.194/0001-41

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas:	
Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MIR” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da administração e as demonstrações contábeis regulatórias acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia

A Miracema é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos. A MIR atua no segmento de transmissão de energia elétrica, na região nordeste.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a MIR detém a concessão de linhas de transmissão da Rede Básica que compreenderá 03 subestações e aproximadamente 90 km de linhas de transmissão, que ainda estão em fase de construção, na tensão de 500 kV/230 KV/138 KV. A MIR receberá RAP-Receita Anual Permitida reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano. O contrato de concessão foi assinado com a ANEEL em 27 de junho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia concentrou esforços na construção de linhas de 90 km de extensão, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em construção – Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
MIR	Duplo	500/230	90	1.360	01/10/2019	27/06/2046

Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2018	Investimento realizado até 31/12/2018	Evolução Física até 31/12/2019	Investimento realizado até 31/12/2019
LT Miracema – Lajeado	75,57%	31.549	99,86%	46.831
LT Lajeado - Palmas	87,64%	43.142	99,89%	53.121
SE Miracema	28,58%	4.458	99,14%	16.228
SE Lajeado	57,52%	52.067	99,95%	91.943
SE Palmas	43,71%	24.815	99,78%	47.769

RAP Esperada – em moeda constante de 31/12/2019							
Linha de Transmissão	2018	2019 (*)	2020	2021	2022	2023	2024
MIR	-	429	69.213	69.213	69.213	69.213	69.213

(*) RAP realizada

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da Miracema e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa administra.

Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 24.944.194/0001-41

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de dezembro de 2019.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$47 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Miracema Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Miracema Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miracema Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Miracema Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 24.944.194/0001-41

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Ativos			
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	132	6
Títulos e valores mobiliários	5	1.649	423
Contas a Receber de Concess. e Permissionárias		158	-
Impostos e contribuições sociais	7	693	268
Outras contas a receber		120	140
Total dos ativos circulantes		2.752	837
Ativos não circulantes			
Depósitos judiciais		-	53
Outras contas a receber		157	-
Imobilizado	8	265.483	155.465
Intangível	8	3.020	2.438
Total dos ativos não circulantes		268.660	157.956
Total dos ativos		271.412	158.793
Passivos			
Passivos circulantes			
Fornecedores	6	4.666	11.321
Taxa Regulamentares		3	-
Impostos e contribuições sociais	7	579	1.752
Dividendos a pagar	9	22.672	18.417
Outras contas a pagar		1.597	1.172
Total dos passivos circulantes		29.517	32.662
Passivos não circulantes			
Provisão para contingências		6	-
Outras contas a pagar		10	-
Total dos passivos não circulantes		16	-
Patrimônio líquido			
Capital social		272.940	149.092
Reserva de lucros		178.971	87.762
(Prejuízos) acumulados		(210.032)	(110.723)
Total do patrimônio líquido	11	241.879	126.131
Total dos passivos e do patrimônio líquido		271.412	158.793

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 24.944.194/0001-41

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		429	-
Receita bruta		429	-
PIS e COFINS correntes		(16)	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(4)	-
Tributos e encargos		(20)	-
Receita Líquida	16	409	-
Pessoal		(185)	-
Serviços de terceiros		(9)	-
Depreciação e amortização		(64)	-
Outros custos operacionais		(1.329)	1
Outros custos operacionais		(1.587)	1
Pessoal	12	(906)	(1.408)
Serviços de terceiros		(741)	(735)
Outras despesas operacionais líquidas		(77)	(120)
Despesas operacionais		(1.724)	(2.263)
Resultado da atividade		(2.902)	(2.262)
Receitas financeiras		976	838
Despesas financeiras		(1.556)	(583)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17	(580)	255
Resultado antes dos impostos e contribuições		(3.482)	(2.007)
Imposto de renda e contribuição social (Prejuízo) do exercício	13	(363)	(261)
		<u>(3.845)</u>	<u>(2.268)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 24.944.194/0001-41

Demonstração do resultado abrangente para exercício findo em
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) do exercício	(3.845)	(2.268)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(3.845)</u>	<u>(2.268)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital social	Reserva de lucros		(Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>33.444</u>	-	-	<u>(2.276)</u>	<u>31.168</u>
Aumento de Capital		115.648	-	-	-	115.648
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	(2.268)	(2.268)
Destinações societárias do exercício:						
Reserva legal		-	3.877	-	(3.877)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(18.417)	(18.417)
Reserva especial		-	-	83.885	(83.885)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11	<u>149.092</u>	<u>3.877</u>	<u>83.885</u>	<u>(110.723)</u>	<u>126.131</u>
Aumento de capital		123.848	-	-	-	123.848
Retificação da destinação do resultado do exercício anterior		-	-	18.417	-	18.417
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	(3.845)	(3.845)
Destinações societárias do exercício:						
Reserva legal		-	4.773	-	(4.773)	-
Reserva especial		-	-	68.019	(68.019)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(22.672)	(22.672)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11	<u>272.940</u>	<u>8.650</u>	<u>170.321</u>	<u>(210.032)</u>	<u>241.879</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do exercício		(3.845)	(2.268)
Ajuste para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	363	261
Depreciação e amortização		64	-
Provisões (reversões) Fiscais, Trabalhistas e cíveis		6	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamento		1.081	-
Receita de aplicação financeira	17	(976)	(838)
		<u>(3.307)</u>	<u>(2.845)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no contas a receber de concess. e permissionárias		(158)	-
(Aumento) no saldo de outras contas a receber		(84)	(171)
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		(6.656)	1.391
Aumento no saldo de taxas regulamentares		3	-
(Redução) aumento no saldo de impostos e contribuições sociais passivo		(1.804)	414
Aumento no saldo de outras contas a pagar		437	298
		<u>(8.262)</u>	<u>1.932</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>(11.569)</u>	<u>(913)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(158)</u>	<u>(148)</u>
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades operacionais		<u>(11.727)</u>	<u>(1.061)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários		(250)	415
(Adições) no imobilizado e intangível	8	(110.664)	(115.011)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>(110.914)</u>	<u>(114.596)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital		123.848	115.649
Captação de empréstimos e financiamento		29.713	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(30.000)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(794)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>122.767</u>	<u>115.649</u>
Aumento (redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>126</u>	<u>(8)</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	6	14
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	<u>132</u>	<u>6</u>
Aumento (redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>126</u>	<u>(8)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MIR” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de abril de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Miracema/Lajeado 500 kv e Lajeado/Palmas 230 Kv, bem como das subestações de Lajeado - TO e Palmas - TO, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 017/2016 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos.

Em 29 de setembro de 2019 a Companhia concluiu a energização do trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão. Em 29 de novembro de 2019 concluiu as últimas energizações que englobam o trecho LT 230kV Lajeado – Palmas (circuito duplo) com aproximadamente 60 km de extensão, a nova subestação de Palmas onde serão conectadas as linhas de transmissão da distribuidora local, e a adequação do trecho LT 500kV Miracema – Lajeado (circuito 1) com a subestação Lajeado.

A MIR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$26.765, decorrente, principalmente, da conta “Dividendos a pagar”. A Administração de Companhia entende que o caixa operacional que será gerado durante o exercício de 2020 será suficiente para equalização do capital circulante líquido negativo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração 19 de junho de 2020.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 22.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado e as despesas financeiras abrangem basicamente despesas bancárias, juros operacionais e IOF.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

3.7. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto à adoção e convergência dos Pronunciamentos Técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, os eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias, sendo divulgados somente nas demonstrações financeiras societárias emitidas em 12 de março de 2020.

Norma emitida, mas ainda não vigente até a data das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações contábeis regulatórias, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	132	6

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento em cotas de fundos – "Pampulha" (a)	1.649	305
Investimento em cotas de fundos - "BTG Pactual CDB Plus" (b)	-	118
Ativo circulante	1.649	423
Taxa de rentabilidade anual acumulada	103,8% do CDI	102,65% do CDI

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

(b) Fundo BTG Pactual CDB Plus - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

6. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Elecnor do Brasil Ltda	1.240	6.211
I.G Transmissão e Distribuição	1.555	3.301
Grid Solutions Trans. de Energia Ltda	-	1.254
Siemens Ltda	506	-
Tabocas Participações Empreendimentos S.A	419	-
Treetech Sistemas Digitais Ltda	284	-
Instronic Instrumentos de Testes Ltda	306	-
Outros	356	555

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	4.666	11.321
--	-------	--------

O saldo refere-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção das subestações da linha de transmissão.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	13	76
PIS e COFINS a compensar	51	51
Outros	629	141
Ativo circulante	693	268
IRPJ e CSLL correntes	22	16
INSS e FGTS	228	884
ISS	161	500
ICMS	54	273
Outros	114	79
Passivo circulante	579	1.752

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2018	Adições (A)	Transfe-rências (B)	Reclassi-ficação (C)	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depre-ciação	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Imobilizado em Serviço										
<u>Transmissão</u>										
Edificação	0,56%	-	-	1.129	-	1.129	1.129	(6)	1.123	-
Máquinas e Equipamentos	0,53%	-	-	11.074	-	11.074	11.074	(58)	11.016	-
Adiantamentos a fornecedores (*)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Imobilizado em Serviço		-	-	12.203	-	12.203	12.203	(64)	12.139	-
Ativo Imobilizado em Curso										
<u>Transmissão</u>										
Terreno	-	9.574	13	-	(7.198)	2.389	(7.185)	-	2.389	9.574
Máquinas e Equipamentos	-	132.030	103.279	(12.203)	27.471	250.577	118.547	-	250.577	132.030
Adiantamentos a fornecedores (*)	-	13.861	6.412	-	(20.273)	-	(13.861)	-	-	13.861
Material Depósito	-	-	378	-	-	378	378	-	378	-
		155.465	110.082	(12.203)	-	253.344	97.879	-	253.344	155.465
Total do Ativo Imobilizado		155.465	110.082	-	-	265.547	110.082	(64)	265.483	155.465

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Intangível	Valor Bruto em 2018	Adições	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Intangível em Curso						
<u>Transmissão</u>						
Faixa de Servidão	2.433	582	3.015	582	3.015	2.433
Software	5	-	5	-	5	5
Total do Ativo Intangível	2.438	582	3.020	582	3.020	2.438

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Faixa de Servidão	Outros gastos	Total
Em Curso				
Terreno	-	-	13	13
Máquinas e equipamentos	103.279	-		103.279
Adiantamentos a fornecedores (*)	-	-	6.412	6.412
Faixa de servidão	-	582	-	582
Material Depósito	-	-	378	378
Total das adições do imobilizado e intangível em curso	103.279	582	6.803	110.664

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com empresas do Grupo Taesa</u>						
1	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.
2	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Mariana (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
1	Reembolso de despesas - Janaúba	17	7	-	-
2	Reembolso de despesas - Mariana	20	-	-	-
		37	7	-	-

b) Passivo de despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP - Serviços de "back-office"	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 27/10/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação.	Não houve.
2	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.
3	Comodato de imóvel	Não possui valor	20/08/2018 a 19/08/2051	N/A	Não houve.	Não houve.
4	OCP x Operação e Manutenção	R\$125 Valor mensal	05/12/2019 à 04/12/2024	Multa de 2% + juros de mora de 1% a. m. + atualização monetária IGPM/Atualização anual pelo IGPM	O contrato pode ser rescindido, pela contratante, nos casos inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual pela contratada ou incapacidade técnica.	Não houve.
<u>Transações com a empresas ligadas</u>						

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
5	OCP x Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado (contrato Taesa)	Taxa de administração de 1,0% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização	Não houve.	Não houve.
6	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
1	OCP - Serviços de "back-office" - Taesa	48	47	578	555
2	Reembolso de despesas - Taesa	1	-	-	-
5	Previdência privada - Forluz - despesa	-	-	1	21
6	Reembolso de despesas - Janaúba	103	-	-	-
		152	47	579	576

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2018	Retificação da destinação do resultado (*)	Dividendos obrigatórios	31/12/2019
Dividendos a pagar à	18.417	(18.417)	22.672	22.672

(*) A AGO de 30 de abril de 2019 retificou a proposta de destinação do lucro de 2018, destinando o valor dos dividendos obrigatórios para Reserva Especial de Lucros, em virtude de a Companhia estar em fase de construção e não possuir recursos disponíveis para pagamento de dividendos.

III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os Administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Abertura do endividamento

Características do empréstimo					
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais
Santander	04/02/2019	NP	30.000	11/08/2019	105% CDI

	31/12/2018	Captação/custos de captação o	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2019
Circulante	-	29.713	1.081	(794)	(30.000)	-

Em 10 de julho de 2019 foi realizado o resgate antecipado facultativo da totalidade das notas promissórias, mediante o pagamento do valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de emissão até a data do efetivo resgate antecipado facultativo.

Abertura dos ativos financeiros

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	132	6

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado era R\$272.940 representado por 272.940.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018 o capital subscrito era R\$152.940 e o capital integralizado era R\$149.092 representado por 152.940.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Data	Aprovação	Valor
10/04/2019	AGE	1.737
17/06/2019	AGE	50.000
17/06/2019	AGE	55.000
24/10/2019	AGE	15.000
22/01/2020	AGE	2.111
		<u>123.848</u>

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro do exercício - Societário

	31/12/2019	31/12/2018 (*)
Lucro do exercício - Societário	95.464	78.912
Adoção inicial do CPC 47 - Lucros acumulados	-	28.634
	<u>95.464</u>	<u>107.546</u>
Reserva legal	(4.773)	(3.877)
Dividendos adicionais obrigatórios	(22.672)	(18.417)
Reserva especial	(68.019)	(83.885)
Compensação de (prejuízos) acumulados	-	(1.367)

(*) Ratificada na AGO de 30 de abril de 2019.

12. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2019	2018
Remuneração direta	202	437
Benefícios	834	821
FGTS e INSS	55	150
Pessoal	<u>1.091</u>	<u>1.408</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os Administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta – Societária	226.486	226.486	209.816	209.816
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(226.057)	(226.057)	(209.816)	(209.816)
	429	429	-	-
Percentual	8%	12%	8%	12%
Imposto	35	52	-	-
Demais receitas:				
Receitas Financeiras	1.099	1.099	838	838
Base de cálculo	1.134	1.151	838	838
Imposto de renda - 15%	(170)	-	(126)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(89)	-	(60)	-
Contribuição social - 9%	-	(104)	-	(75)
Total de despesa	(259)	(104)	(186)	(75)
Total de IRPJ e CSLL		<u>(363)</u>		<u>(261)</u>

14. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
D&O Responsabilidade civil de diretores e administradores	ZURICH	19/09/2019 A 18/09/2020	15.000	1

Seguro garantia de fiel cumprimento

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
13/2015 – 1ª etapa	Austral Seguradora S.A	27/06/2016 a 24/09/2020	27.548

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	1.649	423
Custo amortizado:		
- Caixa e equivalentes de caixa	132	6
	1.781	429
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado		
- Fornecedores	4.666	11.321
- Rateio de antecipação	10	-
	4.676	11.321

15.4. Risco de mercado

15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

15.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2019	Cenário provável em
CDI (a)	5,94%	2,25%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 12 de junho de 2020 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2019	Efeito no LAIR - 2020- (redução) Provável
Títulos e valores mobiliários – CDI	1.649	(61)

15.5. Gestão de risco de crédito

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

15.6. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

15.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

15.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	Hierarquia do valor justo
Títulos e valores mobiliários	5	1.649	423	Nível 2

16. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2019	2018
Disponibilização do sistema de transmissão	429	-
Receita bruta	429	-
PIS e COFINS correntes	(16)	-
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE	(4)	-
Tributos e encargos	(20)	-
Receita líquida	409	-

17. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2019	2018
Rendimentos de aplicação financeira	976	838
Receitas financeiras	976	838

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos - Juros incorridos	(1.081)	-
Outras receitas (despesas) financeiras - líquidas	(475)	(583)
Despesas financeiras	(1.556)	(583)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(580)	255

18. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2019, 39% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (47,83% em 31 de dezembro de 2018).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas.

19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Principais compromissos assumidos

Contrato de Licenciamento Ambiental e Regularização Fundiária - Em 4 de agosto de 2016, a Companhia celebrou o contrato com a I.G. Transmissão e Distribuição Ltda., no valor de R\$2.524, tendo como objeto a prestação de todas as atividades para a perfeita e completa regularização fundiária e o perfeito e completo licenciamento ambiental até a emissão da Licença de Instalação (LI) e Autorização de Supressão Vegetal (ASV) do empreendimento. Em 26 de março de 2018, a Companhia celebrou um contrato para a gestão e execução de programas ambientais e obtenção das licenças de operação no valor de R\$2.290.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - Contrato Linhas de Transmissão - Em 29 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou o contrato com a I.G. Transmissão e Distribuição Ltda., no valor de R\$79.930, com o objetivo de adquirir, na modalidade "turn key", todos os bens, equipamentos e materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação, testes e comissionamento, entrada em operação e perfeito funcionamento das linhas de transmissão, quais sejam Linha de Transmissão de 500 kV Miracema - Lajeado C2 e Linha de Transmissão de 230 kV Lajeado - Palmas, circuito duplo, C1 e C2, incluindo, mas não se limitando, aos projetos civil, elétrico e eletromecânico, execução das obras civis, fornecimento de equipamentos e peças sobressalentes, fornecimento de materiais e equipamentos de montagem, montagem eletromecânica, instalação, testes, comissionamento e entrada em operação comercial.

Contrato de fornecimento de cabos OPGW – Em 15 de março de 2019, a companhia celebrou o contrato com a I.G. Transmissão e Distribuição Ltda., no valor de R\$1.345, com o objetivo de adquirir cabos OPGW e todos os acessórios necessários para a sua instalação assim como seus

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

sobressalentes, além de prestação de todos e quaisquer serviços necessários ao perfeito e completo funcionamento da instalação.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - Contrato Subestações - Em 29 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou o contrato com a Elecnor do Brasil Ltda., no valor de R\$126.500, com o objetivo de adquirir, na modalidade “turn key”, todos os bens, equipamentos e materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação, testes e comissionamento, entrada em operação e perfeito funcionamento das subestações, quais sejam a subestação Lajeado, a subestação Palmas e a subestação Miracema, incluindo, mas não se limitando, aos projetos civil, elétrico e eletromecânico, execução das obras civis, fornecimento de equipamentos e peças sobressalentes, fornecimento de materiais e equipamentos de montagem, montagem eletromecânica, instalação, testes, comissionamento e entrada em operação comercial.

Contrato de fornecimento de equipamentos e prestação de serviços – Em 31 de maio de 2017, a Companhia celebrou o contrato com a ABB Ltda (contratada) e Elecnor do Brasil Ltda (interveniente-anuente), no valor de R\$17.129, com o objetivo de adquirir equipamentos e serviços de montagem dos equipamentos.

Contrato de Back-Office e Operação e Manutenção dos ativos - Conforme nota explicativa nº 9 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office e de operação e manutenção de suas instalações.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais

Emissão de licenças	Instalação	Operação
SE Miracema	15/05/2017	16/07/2019
SE Lajeado	15/05/2017	07/08/2019
LT 230 kV	04/07/2017	07/08/2019
SE Palmas	29/09/2017	11/07/2019
LT 500 kV	23/04/2018	02/09/2019

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019 – A AGO de 30 de abril de 2020 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2019 descrito na nota explicativa nº 11 – Patrimônio Líquido.

Em 14 de maio de 2020 o Sr. Raul Lycurgo Leite e o Sr. Marcus Pereira Aucélio deixaram os cargos de diretores, que permanecem vagos.

Pagamento de dividendos - Em 28 de maio de 2020 a Companhia realizou o pagamento de R\$14.808 a título de dividendos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavírus;
- o Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) – 100% dos escritórios em home office, desde 17/03/2020;
- o Desenvolvimento de uma página web para que os colaboradores, juntamente com seus parentes, reportem possíveis sintomas da doença e possam ser monitorados e orientados de perto pela Rede D'Or;
- o Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- o Cancelamento de participação em eventos;
- o Vacinação contra a gripe influenza.
- o Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Controle (COC-Taesa e COC-Backup)
- o Realização somente de intervenções com recursos locais.

Diante das ações adotadas e da evolução de nossas atividades, podemos afirmar que até a presente data não existe nenhum impacto relevante que possa comprometer financeiramente e economicamente a Companhia.

Aumento de Capital: A AGE de 06 de janeiro de 2020 aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$5.000, elevando o capital subscrito dos atuais R\$272.940 para R\$277.940.

22. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota <u>explicativa</u>	31/12/2019			31/12/2018		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Ativos							
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa		132	-	132	6	-	6
Títulos e valores mobiliários		1.649	-	1.649	423	-	423
Impostos e contribuições sociais		693	-	693	268	-	268
Ativo de contrato de concessão		-	1.721	1.721	-	-	-
Contas a receber de concess. e permissionárias		158	-	158	-	-	-
Outras contas a receber		120	-	120	140	-	140
Total dos ativos circulantes		2.752	1.721	4.473	837	-	837
Ativos não circulantes							
Depósitos judiciais		-	-	-	53	-	53
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	511.345	511.345	-	287.009	287.009
Outras contas a receber		157	-	157	-	-	-
Imobilizado	(iv)	265.483	(265.483)	-	155.465	(155.465)	-
Intangível	(iv)	3.020	(3.020)	-	2.438	(2.438)	-
Total dos ativos não circulantes		268.660	242.842	511.502	157.956	129.106	287.062
Total dos ativos		271.412	244.563	515.975	158.793	129.106	287.899
Passivos							
Passivos circulantes							
Fornecedores		4.666	-	4.666	11.321	-	11.321
Impostos e contribuições sociais		579	-	579	1.752	-	1.752
Dividendos a pagar		22.672	-	22.672	18.417	-	18.417
Taxas regulamentares		3	-	3	-	-	-
Outras contas a pagar		1.597	-	1.597	1.172	(2)	1.170
Total dos passivos circulantes		29.517	-	29.517	32.662	(2)	32.660
Passivos não circulantes							
Provisões para contingências		6	-	6	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	15.804	15.804	-	8.414	8.414
Tributos diferidos	(iii)	-	18.727	18.727	-	9.971	9.971
Outras contas a pagar		10	-	10	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		16	34.531	34.547	-	18.385	18.385
Patrimônio líquido							

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
 em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota <u>explicativa</u>	31/12/2019			31/12/2018		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Capital social		272.940	-	272.940	149.092	-	149.092
Reserva de lucros		178.971	-	178.971	87.762	-	87.762
(Prejuízos) acumulados		(210.032)	210.032	-	(110.723)	110.723	-
Total do patrimônio líquido	(v)	<u>241.879</u>	<u>210.032</u>	<u>451.911</u>	<u>126.131</u>	<u>110.723</u>	<u>236.854</u>
Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>271.412</u>	<u>244.563</u>	<u>515.975</u>	<u>158.793</u>	<u>129.106</u>	<u>287.899</u>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		429	(429)	-	-	-	-
Construção		-	226.004	226.004	-	209.816	209.816
Remuneração do ativo de contrato		-	232	232	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato		-	107	107	-	-	-
Outras receitas operacionais		-	143	143	-	-	-
Receita bruta	(vi)	429	226.057	226.486	-	209.816	209.816
PIS e COFINS Correntes		(16)	-	(16)	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	(vii)	-	(8.756)	(8.756)	-	(7.390)	(7.390)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(4)	-	(4)	-	-	-
Receita líquida		409	217.301	217.710	-	202.426	202.426
Pessoal		(185)	-	(185)	-	-	-
Material e outros custos de construção		-	(110.665)	(110.665)	-	(115.010)	(115.010)
Serviços de terceiros		(9)	-	(9)	-	-	-
Depreciação e amortização		(64)	64	-	-	-	-
Outros custos operacionais		(1.329)	-	(1.329)	1	-	1
Custos operacionais	(viii)	(1.587)	(110.601)	(112.188)	1	(115.010)	(115.009)
Pessoal		(906)	-	(906)	(1.408)	-	(1.408)
Serviços de terceiros		(741)	-	(741)	(735)	-	(735)
Outras despesas operacionais líquidas		(77)	-	(77)	(120)	-	(120)
Despesas operacionais		(1.724)	-	(1.724)	(2.263)	-	(2.263)
Resultado da atividade		(2.902)	106.700	103.798	(2.262)	87.416	85.154
Receitas financeiras		976	-	976	838	-	838
Despesas financeiras		(1.081)	-	(1.081)	(583)	-	(583)
Outras receitas (despesas) financeiras - líquidas		(475)	-	(475)	-	-	-
Despesas financeiras líquidas		(580)	-	(580)	255	-	255
Resultado antes dos impostos e contribuições		(3.482)	106.700	103.218	(2.007)	87.416	85.409
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(363)	(7.391)	(7.754)	(261)	(6.236)	(6.497)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(x)	(3.845)	99.309	95.464	(2.268)	81.180	78.912

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. A receita da Companhia é classificada no seguinte grupo:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47;
- (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2019	2018
Patrimônio líquido societário	451.911	236.854
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(513.066)	(287.009)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	268.503	157.903
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	15.804	8.414
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	18.727	9.971
Patrimônio líquido regulatório	241.879	126.133

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de receita de construção e remuneração do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro (Prejuízo) do exercício

Conciliação do Lucro (Prejuízo) societário e regulatório	2019	2018
Lucro líquido societário	95.464	78.912
Receita bruta (CPC 47)	(226.057)	(209.816)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	8.756	7.390
Depreciação e amortização (CPC 47)	(64)	-
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	110.665	115.010
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	7.391	6.236
Lucro líquido regulatório	(3.845)	(2.268)

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

* * * * *

Diretoria	
Nomes	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação específica
Cargo vago	Diretor sem denominação específica
Cargo vago	Diretor sem denominação específica

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49